

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DO MUNICÍPIO DE GRANJA - CE**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Pregão Presencial N°: 26/2020

**D R SAMPAIO - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 27.188.626/0001-20, com endereço à Rua Caetano Figueiredo nº 1304, bairro Cohab I, Cep: 62050-845, Sobral - CE, na condição de interessada no referido Certame, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 5º, XXXIV, alínea "a" e LV, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, cominados com o artigo 41, § 1º da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2020**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

O processo licitatório ora questionado tem previsão de ocorrer em 14 de dezembro de 2020, logo em seu edital resta expresso as diretrizes para a interposição de impugnações, senão vejamos:

3.5. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias uteis antes da data fixada para realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Portanto a presente impugnação é considerado tempestiva devendo ser processado e julgado por essa respeitável Comissão de Licitação.

## II - DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

O certame objeto desta impugnação trata da aquisição, por parte do Governo Municipal de Granja, de material didático e paradidático de apoio pedagógico, para atender a demanda dos alunos das creches, educação infantil e ensino fundamental.

Ocorre que o item da habilitação jurídica: 5.0, II, b) do referido Edital, traz exigência que vai contra o que prevê as leis de Licitação, provocando restrições e dificuldades à participação de Licitantes. Vejamos:

5.0 , II, b) *Em se tratando de Distribuidora, Livraria ou outro representante comercial, deverá apresentar uma DECLARAÇÃO, devidamente assinada pelo representante legal da Editora, com firma reconhecida, em que a mesma assegure o fornecimento de livros, conforme especificado no termo de referência deste edital.*

Evidencia-se que o mencionado requisito é exigência constante ainda na fase de habilitação dos licitantes e seu conteúdo versa sobre condição capaz de transmutar totalmente o ato administrativo escolhido para efetivar tal aquisição.

Explica-se, ao se exigir que o representante legal da Editora “avalize” os Licitantes, fornecendo tais DECLARAÇÕES, coloca-se a habilitação do certame totalmente na “mão” do representante legal da Editora, isto é, caberá a este a discricionariedade de escolher subjetivamente, aqueles que de fatos poderão participar do certame, fornecendo ou não tais declarações.

Notemos que a Administração está assim, transferindo de modo equivocado à Editora, a condição de habilitação ao certame, haja vista que, à tal empresa caberá escolher quem deve ou não participar do certame. Tal disposição retira da administração pública o poder de contratar com a proposta mais vantajosa e sim vincula à aquisição através de quem a Editora decidir.

A Lei de Licitações traz requisitos que vinculam a Administração Pública quando da necessidade de Adquirir produtos e serviços, dentre eles, se ressaltamos o seguinte:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);

Desta feita, se revela o objetivo da referida lei em dotar a Administração pública de um poder/dever sob o qual se resultará a aquisição pela melhor proposta sem que haja comprometimento da competitividade entre os licitantes, logo, a Administração não deve fugir às circunstâncias essenciais do objeto.

Compreende-se que, se de fato, somente a Editora poderá discernir sobre quem restará habilitado a participar do certame, então estaremos diante de modalidade diversa da que se figura no Edital referenciado.

Insistir na exigência de tal DECLARAÇÃO, ao que parece, limita a participação de licitantes à decisão da Editora, abrindo possibilidade para a ocorrência da figura da representação exclusiva, o que não só inviabiliza tal modalidade de processo licitatório, como revela uma ilusão de legalidade.

**III - DOS REQUERIMENTOS**

Diante de tudo que foi exposto, se requer desta digna Comissão de Licitação do Município de Granja:

- a) Que seja acolhida esta impugnação, expressamente para que haja alteração no ato convocatório, de maneira a retificar o edital de pregão presencial nº 26/2020, efetivando a exclusão do item **5.0, II, b)** por se tratar de Clausula Editalícia Restritiva.
- b) Não sendo acatada a presente impugnação, que sejam extraídas cópias de todo o processo licitatório, remetendo-as ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado Ceará, com o fim de se apurar a necessidade de instauração de uma Tomada de Contas Especiais quanto ao objeto licitado.

Nestes termos,  
Pede e espera Deferimento.

Sobral, 08 de dezembro de 2020.

  
**Daykendal Resende Sampaio**

Recorrente  
D R Sampaio -ME  
27.188.626/0001-20